

Debate sobre a Previdência aponta direitos e perdas dos docentes após reformas legais

O debate “O fim da aposentadoria integral e a reforma da Previdência”, realizado por iniciativa da Adusp em 28/9 no Auditório Jaey Monteiro, do Instituto de Matemática e Estatística, comprovou que é grande o interesse dos docentes pelo tema. Compareceram colegas de diferentes unidades, da ativa e aposentados, que participaram da discussão apresentando dúvidas ou relatando situações pessoais, e funcionários técnico-administrativos (foto). O debate foi coordenado pela professora Heloísa Borsari, presidente da Adusp.

Coube aos professores Thomas Haddad (EACH), do GT Previdência, e Ciro Correia (IGe), do GT Jurídico, fazer as exposições iniciais, apresentando o entendimento consolidado da Adusp, até o momento, quanto aos efeitos das reformas realizadas em 1998 (governo FHC) e 2003 (governo Lula) e da lei 10.887/2004 sobre os benefícios a que fazem jus os funcionários públicos, entre os quais os docentes da USP.

“Para compreender qual é a situação atual da Previdência do funcionalismo público em todos os âmbitos, federal, estadual e municipal, precisamos nos remeter aos artigos 40 e 201 da Constituição Federal, que foram bastante alterados por três emendas constitucionais: a EC 20/1998, a EC 41/2003, e a EC 47/2005”, resumiu o professor Haddad. “Além disso, a gente precisa se debruçar bastante sobre a lei federal 10.887/2004”.

A EC 20/1998 introduziu a figura do Regime Complementar, ao lado do Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos. As três emendas citadas, lembrou, “alteraram idades e tempos mínimos de contribuição para a aposentadoria do funcionalismo público; introduziram recolhimento previdenciário por parte dos funcionários já aposentados, o que gerou até questionamentos jurídicos; e mexeram com a possibilidade de o benefício de aposentadoria ser integral”.

A EC 41/2003, depois regulamentada pela lei 10.887/2004, extinguiu a aposentadoria integral para quem ingressou no funcionalismo público após 31/12/2003. Quem tiver ingressado em 1º/1/2004 ou depois, e vier a preencher os requisitos de tempo de serviço, fará jus a uma aposentadoria cujo valor será a média dos melhores salários, corrigidos pelo INPC, tendo como base 80% do tempo de contribuição: “Vai receber um valor que está entre o teto do Regime Geral e o seu último salário da ativa”, explicou o professor.

“A conclusão à qual chegamos, no âmbito do GT Previdência, é que — pelo menos para os ingressantes após dezembro de 2003 e antes da criação, não se sabe quando,



Daniel Garcia

do regime complementar — a situação não é tão grave quanto parecia. É melhor do que ganhar o teto [do Regime Geral] como muitos colegas previam, mas não é o salário integral, que acabou. E com ele (acabou) a chamada paridade, que é a possibilidade de receber aumentos junto com os colegas que permaneceram na ativa”.

Nenhum servidor contratado antes da instituição da previdência complementar (Funpresp, prevista no PL 1992/2007) poderá ser obrigado a dela participar, segundo o GT Previdência.

Quanto aos que ingressaram até 31/12/2003, “o texto da EC 41/2003 deixa claro que quem entrou até essa data faz jus ao benefício integral, sendo porém obrigados a pagar contribuição previdenciária”. Eles receberão seus proventos do Regime Próprio, por intermédio de entidades gestoras, no caso de SP a SPPrev, e estão desobrigados de aderir ao regime complementar.

Seguridade

“A Constituição de 1988 foi um avanço com relação às obrigações do Estado quanto à Seguridade Social”, disse o professor Ciro Correia ao iniciar sua exposição, lembrando que esse sistema compreende a Previdência, a Assistência Social e a Saúde. No balanço entre as receitas e as despesas previstas na Constituição para o Sistema de Seguridade Social, o governo sempre arrecadou mais do que gastou. No entanto, passou a fazer o discurso de que a Previdência era deficitária: “O governo FHC conseguiu ganhar a discussão ideológica na sociedade e implantar sua lógica financeira. A EC 20/1998 foi o primeiro passo para entregar o sistema de previdência para o setor privado”, afirmou o professor.

A lógica do falso “déficit” escamoteia o fato de que o governo nunca depositou a contribuição patronal: “Nunca pôs a sua parte, mas se dispõe a fazê-lo quando entram no sistema os agentes privados”, criticou. Mais tarde, no debate, apontou a contradição entre a contribuição definida, prevista na lei, e o valor incerto do benefício a ser recebido no regime complementar.

Observou, ainda: “Quando o movimento social falava em reforma da Previdência era pa-

ra universalizar o sistema, no sentido de trazer as garantias de paridade e integralidade para o Regime Geral, e o governo pegou esse mote para fazer o perverso: retirar do Regime Próprio os direitos que deveriam ser direitos sociais universais. Porque não há justificativa tampouco para que quem trabalha no setor privado seja aposentado com valores menores que os da ativa”.

Os debatedores deixaram claro que a Adusp repudia as perdas sofridas pelo funcionalismo e que é importante manter a luta. “Há sim possibilidade de reversão de algumas coisas. Existem ainda possibilidades em aberto”, disse o professor Haddad. Recentemente, acrescentou o professor Correia, um massivo movimento dos funcionários públicos levou uma comissão da Câmara dos Deputados, por onde tramita o PL 1992/2007, a retirar da pauta a votação do parecer correspondente, para antes realizar um seminário sobre os problemas do projeto.

De acordo com o representante do GT Jurídico, persistem graves injustiças na legislação. A lei 10.887/2004, por exemplo, estabelece que o provento não pode ser maior do que o último salário recebido, o que eventualmente gera enormes perdas para funcionários que por qualquer motivo estejam recebendo, no momento da aposentadoria, salário inferior ao que perceberam em anos anteriores. “É inconstitucional”, destacou.

Convênio com SSP permite PM no campus

A USP celebrou convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) com a finalidade de reforçar o policiamento da Cidade Universitária do Butantã. Entre as ações previstas estão o patrulhamento do campus e do entorno por 30 policiais pelos próximos cinco anos (no mínimo), além da instalação de duas bases móveis da Polícia Militar (PM).

O reitor Grandino Rodas, o secretário da Segurança Pública, Antonio Ferreira, e o comandante geral da PM, coronel Álvaro Batista Camilo, formalizaram em 8/9 o convênio que já havia sido aprovado pelo Conselho Gestor do campus da capital em agosto. Segundo *release* publicado pela Reitoria em 9/9, a segurança no campus será feita por meio de um “policiamento comunitário participativo”, explicada como forma de atuação policial diferenciada em que “estão previstas a capacitação da comunidade universitária, com o oferecimento de cursos e palestras, e a criação de canais de comunicação entre a comunidade e a PM”.

Em resposta à solicitação da Adusp, a Reitoria enviou uma cópia do documento que selou o acordo. O Convênio ATP/SSP 200/2011, publicado no *Diário Oficial do Estado* em 15/9, estabelece como obrigações da Secretaria, por intermédio da PM, “fornecer pessoal para patrulhamento”, “exercer o poder de polícia nos termos constitucionais e legais”, “prestar apoio operacional à Guarda Universitária”, “manter a USP informada de todas as medidas de caráter rotineiro”, e, por fim, “consultar previamente a USP acerca de medidas a serem tomadas em situações excepcionais”.

Caberá à USP oferecer o “suporte institucional necessário ao implemento das atividades previstas”, proporcionar, por intermédio da Guar-

da Universitária, “apoio de informações e base de dados”, e “promover, através de seus meios próprios de comunicação, campanhas educativas permanentes”. Integra o convênio um plano de trabalho, que prevê metas e fases de execução até novembro de 2011, quando serão avaliados os primeiros resultados.

“Capacitação”

No plano, a etapa a ser cumprida pela USP em setembro é a de “identificar pontos vulneráveis” do campus, cabendo à PM iniciar o treinamento dos policiais e dar início ao “policiamento comunitário” e à “capacitação dos cidadãos” por meio de palestras e informativos.

O processo de “capacitação da comunidade universitária”, informa Wanderley Messias, superintendente de Relações Institucionais da USP, será desenvolvido por meio de “visitas e palestras nas unidades e órgãos centrais do campus para dirigentes, docentes, servidores e alunos interessados, abrangendo tópicos diversos sobre segurança comunitária e segurança preventiva”. Os canais de comunicação entre a PM e a comunidade incluem o Conselho Gestor do Campus e o futuro “Observatório de Segurança Cidadã”. Messias ainda frisa a possibilidade de “acesso direto dos usuários do campus às duas Bases Móveis de Polícia Comunitária previstas no projeto”.

Em razão da ocorrência de assaltos, estupros e até mortes ocorridas no campus — como a do estudante Felipe Ramos de Paiva, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), em maio — muitos docentes e estudantes apoiam a novidade. Mas há também quem critique ou faça ressalvas à maior presença de policiais.

“A princípio sou a favor de maior segurança dentro do

campus. Maior iluminação não elimina a necessidade de maior policiamento”, declara a professora Lenina Pomeranz, da FEA, referindo-se ao projeto para a instalação de lâmpadas LED divulgado pelo reitor. A professora Maria Victoria Benevides, da Faculdade de Educação, pensa nos limites da atuação policial. “Em princípio sou favorável a tudo que aumente a segurança no campus, contanto que com respeito à lei e ao direito de ir e vir de cada um. Fiquei profundamente chocada com a atuação da PM durante a greve de 2009. Foi um abuso de poder absurdo! Isso [o convênio] diz respeito ao coletivo e a cada um. Um policial delinquente significa a morte”, argumenta.

“Não é bolha”

O Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) é incisivo ao se

colocar contra os termos do convênio. “Sempre houve presença da PM na USP. Se polícia significasse segurança seríamos o local mais seguro do país. No entanto, vemos que não é assim. A USP não é uma bolha isolada de uma metrópole como São Paulo. Vai sofrer também”, declara Aníbal Cavali, diretor do Sintusp. “Policiais já entraram armados em ônibus dentro do campus perguntando quem era contra a presença da PM na USP, criando uma situação intimidatória. Sem falar nas reações às greves de 2007 e de 2009”, protesta.

Diversas *blitze* tem sido realizadas principalmente à noite com objetivo de identificar suspeitos e, assim, prevenir roubos. Além disso, um capitão da PM declarou à mídia que será adotada uma estratégia de combate à utilização de dro-

gas ilícitas. Qual seria? “A mesma que tem sido adotada em diversas partes do país, isto é, combinar campanhas educativas de esclarecimento e prevenção com ações na área da saúde pública de apoio aos químico-dependentes, além do que prevê a legislação em vigor, isto é, investigação e repressão ao tráfico de drogas ilícitas e ações destinadas a coibir o seu consumo”, respondeu ao *Informativo Adusp* o superintendente de Relações Institucionais.

Cavali, do Sintusp, acredita que o problema da utilização de drogas é um dos menores existentes no campus. “Se existe posicionamento de fazer combate às drogas existem, no meu entender, situações muito mais graves que devem ser resolvidas, como por exemplo o tráfico de drogas”, declara.

Funcionários que continuam no Antigo Prédio da Reitoria denunciam trabalho insalubre

“Funcionários, estagiários e visitantes estão sendo submetidos a perigos e condições insalubres no prédio da Antiga Reitoria”. Esta frase abre a carta de um funcionário da TV USP dirigida, como protesto, à comunidade universitária. O Antigo Prédio da Reitoria, antes ocupado por diversos órgãos (Editoria da USP, Instituto de Estudos Avançados, *Jornal da USP* e outros), está sendo reformado para que possa, por determinação do reitor, abrigar novamente a Reitoria. Tais órgãos foram remanejados para outros locais, dentro e fora da Cidade Universitária. Mas, embora a reforma esteja em pleno andamento, ainda permanecem no interior do prédio a TV USP e a Rádio USP.

“Nestas últimas semanas estamos trabalhando entre britadeiras, marteladas, machucados, e muita poeira. No último mês, a passagem da TV USP para o corredor dos elevadores foi fechada, deixando-nos somente com uma via de saída do prédio. Já é possível imaginar a situação de risco à qual estão nos submetendo”, denuncia a carta. “E quem passar pelo corredor do primeiro andar, em direção à rampa que nos serve de única entrada e saída a partir de então, vai se deparar com uma verdadeira cortina de fios pendurados pelo teto”.

Ainda segundo o documento, “a única rampa de acesso que deixaram aberta para a circulação da equipe da TV USP” situa-se em uma late-

ral do prédio que estava fechada até recentemente, “acumulando muita poeira e sujeira de ratos”, e causando ardência na garganta a cada vez que se precisa passar por essa via, tal a quantidade de poeira no ar.

“Passando por esse tipo de humilhação, só é possível dizer que a gestão desta universidade está agindo de forma ao mesmo tempo imoral e, possivelmente, irregular. Funcionários, estagiários e convidados que vêm ao prédio passam todos por esse grande desrespeito e tratamento desumano. O que se pode esperar é solidariedade da comunidade e uma revisão de procedimentos por parte da gestão universitária”, conclui a carta.

Campanha reivindica 10% do PIB para a educação pública

Desde junho, quando foi lançada, a campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!” vem mobilizando diversos setores sociais em defesa da educação no Brasil por meio de maior investimento do governo no ensino público. Com a premissa de que “a educação é um direito fundamental de todas as pessoas”, entidades como a ABPSS, Andes-SN, ANEL, CFESS, Coletivo Vamos à Luta, CSP-Conlutas e outras redigiram o Manifesto dessa campanha nacional, apontando a falta de seriedade do Estado brasileiro em cumprir sua obrigação constitucional e exigindo medidas para que o investimento na área da educação passe dos 7% do PIB previstos no Projeto de Lei (PL) 8.035/2010 (PNE 2011-2020 do governo) para, no mínimo, 10% do PIB, o Produto Interno Bruto.

Segundo indica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, cerca de um quarto da popula-

ção brasileira não tem acesso à escolarização mínima. “Esses analfabetos são basicamente provenientes de famílias de trabalhadores do campo e da cidade, notadamente negros e demais segmentos hiperexplorados da sociedade. As escolas públicas – da educação básica e superior – estão sucateadas, os trabalhadores da educação sofrem inaceitável arrocho salarial e a assistência estudantil é localizada e pífia” (Carta de Lançamento da Campanha Nacional).

O “Brasil em Números”, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que apesar de as taxas de analfabetismo de 1970 a 2002 terem decrescido de 33,6% a 11,8%, as desigualdades permaneceram: nas regiões Sudeste e Sul as taxas são de 6,2% e 5,8% respectivamente, já o Nordeste rural registra 39,1%.

Em 2009, consta que apenas 5% do PIB foram investidos em educação. O PL do

governo para o PNE 2011-2020 prevê que, somente em 2020, 7% do PIB seja direcionado ao mesmo fim. “A educação é um direito social. “O índice de 10% hoje é pelo menos o necessário para fazer diferença significativa daqui a alguns anos. Se o PNE se propusesse a contemplar tudo o que de fato propõe, extrapolaria certamente os 7% do PIB”, declara a professora Lighia Brígitta Horodyski-Matsushigue, do GT-Educação da Adusp.

Inconsistência

Além disso, a professora Lighia aponta a inconsistência entre as metas propostas no projeto do governo para o PNE, suas estratégias e seu financiamento. Um exemplo disso é a meta 12, que visa elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%. “Não está faltando vaga, está faltando vaga pública de qualidade. Isso é um engodo”, declara a professora. “Além disso, se realmente

fossem fazer esse aumento no ensino superior, precisariam de seis vezes mais recursos do que se propõem. Só com educação de qualidade já se ultrapassariam os 7%”, explica a professora referindo-se ao valor de R\$ 13.151.374.522,83 (0,418% do PIB) a ser investido nessa meta segundo o MEC.

Desde 1997, quando foi formulado o PNE 2001-2010, entidades acadêmicas, sindicatos, movimentos sociais, professores e estudantes chegaram à conclusão de que seria necessário um mínimo de investimento público da ordem de 10% do PIB nacional para que pudesse ocorrer a universalização do direito à educação. Na época, o Congresso Nacional aprovou a destinação de 7% do PIB para a educação, no entanto o governo Fernando Henrique Cardoso vetou este percentual. “O Lula prometeu em sua campanha eleitoral que ia derrubar esse veto, no entanto

ele foi mantido e até hoje estamos na mesma situação”, critica o professor Francisco Miraglia, diretor do Andes-SN.

Nesse contexto, a campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!” vem para conscientizar a população a respeito das incongruências do PNE e da necessidade de maior investimento do governo em educação. Miraglia ressalta a importância da campanha para mobilizar a opinião pública. “A gente considera isso [os 10%] um direito social e, portanto, uma obrigação do Estado. É uma campanha muito importante por envolver tantos movimentos sociais ao mesmo tempo”. O professor também informou que no dia 7/10, às 19 horas, haverá o lançamento oficial da campanha na Sala dos Estudantes da Faculdade de Direito da USP. Além disso, a campanha lançou um abaixo-assinado *on line* que já pode ser encontrado em www.andes.org.br.

Sistema de Assistência à Saúde Próprio da USP.. Você sabe o que é?

A Adusp, preocupada com a criação do Sistema de Assistência à Saúde Próprio da USP, e com suas consequências sobre o papel do Hospital Universitário nesse sistema, convidou o professor Marcos Boulos, diretor do Departamento de Saúde da USP, a participar de um debate com os docentes para informar, esclarecer e dirimir dúvidas dos colegas sobre o projeto publicado no *Diário Oficial do Estado* em 10/8/2011.

Várias questões formuladas por nossa assembleia e pelo Grupo de Trabalho sobre Saúde da Adusp (GT-Saúde) já foram encaminhadas ao professor Boulos.

Você terá a chance de fazer pessoalmente as suas perguntas, comparecendo ao debate no dia 3/10, segunda-feira, às 17h00, no Auditório Jacy Monteiro, no IME.

Questões

São os seguintes os questionamentos encaminhados ao professor Boulos:

1) Em que estudos está baseado o Sistema Assistencial de Saúde Próprio da USP? Em quais instâncias da USP o referido Sistema foi discutido e/ou aprovado?

2) Quanto ao papel do HU na Rede de Saúde da Zo-

na Oeste:

a) qual sua inserção nessa rede, em termos de atendimento prestado?

b) mudou ou formalizou-se essa vinculação? Qual a data de inserção ou de mudança da vinculação, se houve?

c) qual é o fluxo de pacientes atualmente atendido/estimado e qual o cronograma previsto para essa inserção do HU na rede?

3) Considerando o § 2º do Artigo 3º da Resolução 5.964, de 9/8/2011:

a) do ponto de vista prático, quem opta por permanecer na situação atual, ou seja, no atendimento “como ocor-

re atualmente”, nada muda?

b) no quadro do “ficar como está” - como fica a situação dos dependentes que atualmente são considerados como tal, especialmente, pais e filhos universitários de docentes e funcionários?

c) qual será o atendimento, no quadro “como está” dos estudantes de graduação e pós-graduação?

4) Quanto aos Planos de Saúde dentro do Sistema Assistencial de Saúde Próprio da USP:

a) qual a função da empresa Gama Saúde Ltda já contratada, conforme publi-

cação no D.O. de 2/9/2011, no atendimento? Que serviços de suporte prestará?

b) qual é o cronograma de implantação do Plano Básico? Quais os hospitais ou clínicas que estão conveniados nesse plano?

c) qual é a diferença entre o Plano Básico e o atendimento previsto para os que optarem por “ficar como está”?

d) os planos Especial e Nacional têm contribuição mensal fixa do usuário ou será implantado um sistema de repartição em função do volume de recursos acumulados/gastos no fundo de reserva?

Assédio moral torna-se recorrente na universidade

Não se pode mais ignorar a ocorrência de assédio moral na USP. O problema tem acontecido em diversas unidades (vide *Informativo Adusp* 332). A maioria dos assediados prefere, porém, não denunciar o assédio sofrido, seja pela dificuldade de provar, seja por temer represálias de quem assedia, normalmente ocupante de cargo de chefia.

Forma corriqueira de assédio moral são as pressões produtivistas. “Os docentes da USP estão abarrotados de tarefas. Algumas pessoas aqui dentro acham que a universidade tem que ser regida como uma empresa, no entanto ela não é uma empresa. A universidade deve se projetar para o futuro e nesse proces-

so estão agregados muitos valores”, declara a professora Elisabeth Spinelli de Oliveira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP). Para ela, há caminhos a percorrer para se controlar a pressão produtivista no âmbito acadêmico. “Não se pode basear-se somente em números, pois isso acaba levando tanto ao assédio moral quanto ao plágio”.

Métodos “alternativos” de contratação também se configuram como uma forma de assédio moral. A professora Elisabeth cita casos de desorganização na fase inicial de trabalho: jovens docentes são chamados a prestar serviços sem remuneração, mesmo quando já aprovados em concurso. O professor José Mar-

celino Resende, da FFCLRP, acredita que a estrutura da USP cria ambiente propício ao assédio moral em função da constante instabilidade em que vivem os docentes. “Eu não vivenciei nenhum caso próximo, porém fiquei sabendo de dois docentes que estavam em fase final do processo probatório e que, de repente, foram retirados do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e depois recolocados”, relata.

Retaliações

O assédio moral pode ainda ser decorrente da sensação de poder que algumas pessoas que trabalham no meio acadêmico creem possuir, como explica o profes-

sor Gustavo Assad Ferreira, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. “Vivemos em algumas fogueiras de vaidade. O assediador na academia assedia baseando-se em duas falácias: a de autoridade e a do poder. Isso faz com que de certa forma ele tenha que forçar a natureza do que resiste”.

Normalmente as ocorrências deixam de ser denunciadas por falta de provas, pois o assédio moral costuma ocorrer em ambientes sem testemunhas. “Se a universidade fosse mais democrática e plural haveria menos espaço para assédio moral. A USP tem que se democratizar. Assim, o assediador começaria a se sentir menos poderoso”, diz o docente.

Na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) são noticiados casos de assédio moral relacionados à crise institucional da unidade, provocada pela ameaça de fechamento do curso de Obstetrícia e de redução de vagas em outros cursos. “Desde que resolvemos lutar pela permanência do curso sofremos retaliações”, relata uma docente de Obstetrícia que pediu para não ser identificada. “Não há espaço para diálogo. Nossa estrutura curricular foi modificada, dobramos a carga horária e não tivemos acréscimo de nenhum cargo. Quando reivindicamos novas contratações, não há resposta ou negam alegando que a situação do curso é incerta”.

Senado votará Comissão da Verdade sob forte crítica de familiares de desaparecidos políticos

O Senado Federal poderá votar ainda no decorrer desta semana o PLC 88/2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade. Sob a numeração original 7.376/2010, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 21/9, em regime de “urgência urgentíssima”, isto é, com debate apenas no plenário. O governo aceitou emendas do DEM, do PSDB e do PPS, mas rejeitou todas as emendas apresentadas pelos partidos de esquerda e pelas associações de familiares de desaparecidos políticos, de ex-presos políticos e outros grupos, defensores dos direitos humanos.

Na configuração em que foi aprovada e caso o Senado mantenha inalterado o texto do projeto, a Comissão da Verdade nascerá com enormes limitações. O manifesto “Mudar o PL 7.376 para que a Comissão

da Verdade apure os crimes da Ditadura Militar com autonomia e sem sigilo”, que vem recebendo centenas de adesões nos últimos dias, assim resume as críticas ao texto atual do projeto: “estreita a margem de atuação da Comissão, dando-lhe poderes legais diminuídos, fixando um pequeno número de integrantes, negando-lhe orçamento próprio; desvia o foco de sua atuação ao fixar em 42 anos o período a ser investigado (de 1946 a 1988!), extrapolando assim em duas décadas a já extensa duração da Ditadura Militar; permite que militares e integrantes de órgãos de segurança sejam designados membros da Comissão, o que é inaceitável”.

A Adusp é uma das signatárias do manifesto, ao qual aderiram Chico Buarque de Holanda, Frei Betto, Michael Löwy, os atores Osmar Prado e Bete Mendes, João Pedro Stedile, a

procuradora Eugênia Gonzaga, a juíza Kenarik Boujikian, bem como Clarice Herzog, Suzana Lisbôa, Maria Amélia Telles, Laura Petit, Hildegard Angel e centenas de familiares de desaparecidos políticos e de ex-presos políticos. Muitos professores da USP e de outras universidades estão assinando o documento, agora disponível para adesões no seguinte endereço digital: <http://www.PetitionOnline.com/PL7376/petition.html>

O governo pretende que o Senado também vote a matéria sem debate. Os familiares e ex-presos políticos pressionam em sentido contrário, buscando inserir emendas que atenuem os aspectos mais nocivos do PL 88/2011 e que, eventualmente aprovadas, farão com que ele retorne à Câmara dos Deputados para nova votação.

José Carlos de Araújo Melchior (1938-2011)

O professor Melchior, falecido em 20/9/11, foi um dos pioneiros na área de financiamento da Educação no país, projetando a FE-USP como um centro importante na pesquisa desse tema. Aposentou-se em 1990. Atuou na democratização da FE, na instituição de concursos públicos para a contratação de docentes, na luta por processos de eleição de dirigentes e subsidiou o Congresso Constituinte na área de Educação. Sua contribuição à sociedade e à Adusp é inestimável. Perdemos grande companheiro.



Novos representantes eleitos no IGC e na FDRP

Nos dias 28 e 29/9 a Adusp realizou eleições complementares para o Conselho de Representantes (CR) da entidade. Foram eleitos, para um mandato que se encerrará em maio de 2013, os representantes Adriana Alves (titular) e Ciro Teixeira Correia (suplente), do Instituto de Geociências, e Caio Gracco Pinheiro (suplente), da Faculdade de Direito de RP. Aos novos conselheiros, damos as boas vindas!